

Atendimento de Jovens e Adultos face à Vida de Trabalho (*)

Toda e qualquer entidade que desenvolva programas de reabilitação profissional precisa assegurar-se que suas equipes reconheçam na teoria e na prática os variados níveis de resposta de sua clientela a esses serviços, considerado o potencial das pessoas com deficiência física, sensorial e mental para a vida adulta, em sua aceção global.

Esse reconhecimento tem levado a uma espécie de “classificação técnica” que não tem a intenção de separar as pessoas com deficiência em níveis, mas, sim, o objetivo de dissecar o assunto para benefício das equipes que trabalham em reabilitação profissional, a fim de que possam melhor analisar os serviços prestados e adequá-los ao potencial de cada pessoa atendida.

Assim sendo, os seguintes níveis de resposta são reconhecíveis por autoridades no campo do atendimento a pessoas jovens ou adultas com os mais variados tipos de deficiência, face às exigências de uma sociedade que estabelece diversos *padrões de aceitabilidade*, tanto pessoal, familiar e social, quanto de vida de trabalho:

Nível I - Dependência Total

Nível II - Dependência Parcial

Nível III - Dependência Relativa

Nível IV - Independência Parcial

Nível V - Independência Relativa

Nível VI - Independência Plena

Ao analisar cada um dos níveis acima indicados, encontraremos as seguintes características mais marcantes das pessoas com deficiência, face ao desafio de sua integração social, incluindo o desenvolvimento de atividades de trabalho:

Nível I - Dependência Total

São pessoas que apresentam limitações de ordem física, sensorial e/ou mental de tal severidade e comprometimento que praticamente nenhum tipo de atividade existente em nosso meio pode ser recomendável. De um modo geral indica-se, para casos assim, um cuidado familiar contínuo e/ou o atendimento institucional, até que melhores e mais acessíveis condições existam para seu envolvimento.

Nível II - Dependência Parcial

Neste nível poderão estar inseridas pessoas com ausência da compreensão global das implicações de vida de trabalho ou do seu significado, devido à severidade de sua deficiência. São recomendáveis para casos dessa natureza, atividades do tipo ocupacional que não impliquem em rentabilidade, velocidade e mesmo qualidade, conforme o caso. Existem muitas tarefas, de um modo geral coordenadas por terapeutas ocupacionais e desenvolvidas por pessoas hábeis em artes manuais, que podem ser mantidas em oficinas ou em ambientes separados, tanto no lar quanto em instituições. Esses ambientes são próprios de

atividades ocupacionais, não têm nada a ver com oficinas de trabalho ligadas a um programa reabilitacional, mas sim com unidades de convivência.

Nível III - Dependência Relativa

Pessoas que apresentam alguma compreensão das implicações da vida adulta e podem ter capacidade reduzida de produção, de um modo geral encaixam-se neste nível. Em países mais avançados, normalmente elas são mantidas o dia todo em oficinas de atividades abrigadas. Recebem um pagamento, por vezes estabelecido pelo critério de produtividade, ou por atuação numa função separada. O grande problema de unidades que cobrem essa necessidade é não se transformarem em verdadeiros guetos institucionais.

Dentro de um Programa de Reabilitação Profissional, de um modo especial, deve existir, por parte da equipe, a consciência clara de que uma unidade desse tipo é necessária, dentro dos cuidados indispensáveis para evitar sua transformação em pequenos guetos.

Nível IV - Independência Parcial

Podem fazer parte deste nível aquelas pessoas com deficiência que não têm capacidade competitiva, se consideradas isoladamente, mas que, sob supervisão constante, poderão atuar bem. O *trabalho apoiado* adequadamente estruturado é uma das alternativas de trabalho e deverá ocorrer sempre que existir uma relação contratual entre a entidade e uma empresa parceira. Para seu maior benefício os candidatos a esse tipo de possibilidade de trabalho deverão passar por algum programa de reabilitação profissional e poderão estar ou não em atividade abrigada.

Nível V - Independência Relativa

Neste nível estarão encaixadas aquelas pessoas que apresentam condições de competitividade, mas que requerem adaptações no ambiente de trabalho. Diversas são as alternativas para a inserção de pessoas com problemas físicos, sensoriais ou mentais na vida de trabalho, de um modo seletivo: trabalho em empresas, no lar, em instituições, em micro-unidades de produção e outras, como trabalhadores normais.

Nível VI - Independência Plena

Neste nível deverão encontrar-se pessoas que não demandam adaptações especiais ou proteções de natureza específica para poder desenvolver suas atividades de trabalho, embora possam ter tido necessidade de passar pelo processo de reabilitação profissional, que as poderá ter tornado empregáveis. Casos dessa natureza são normalmente atendidos por Programas de Reabilitação Profissional e colocados no mercado de trabalho.

Neste nível estão também aquelas pessoas que, apesar de apresentarem problemas de ordem física, sensorial ou mental, não têm dificuldade para serem encaminhadas diretamente a um emprego competitivo. Cuidados especiais, no entanto, devem ser sempre tomados para não considerar essas pessoas pela limitação que apresentam, mas sim pela competência que podem demonstrar.

(*) Otto Marques da Silva
Consultor em Reabilitação Profissional